

TEORIAS DE GÊNEROS E SUAS APROPRIAÇÕES NA PESQUISA BRASILEIRA: UMA “PRECÁRIA SÍNTESE”?

GENRE THEORY APPROPRIATIONS IN BRAZILIAN RESEARCH: A “PRECARIOUS SYNTHESIS”?

Benedito Gomes Bezerra⁸²

Sônia Virginia Martins Pereira⁸³

Amanda Cavalcante de Oliveira Lêdo⁸⁴

RESUMO: A tese de que os pesquisadores brasileiros, ao se apropriarem das teorias internacionais nos estudos de gêneros, têm desenvolvido uma abordagem própria, caracterizada como uma “síntese” das demais abordagens, é discutida neste artigo a partir de um olhar sobre os trabalhos apresentados no SIGET de 2007 a 2015, considerando a centralidade do evento para a visibilidade dos estudos de gêneros no país e no mundo. A discussão proposta aqui, embasada principalmente nos anais do evento no período considerado, indica que a pesquisa brasileira se caracteriza mais por uma multiplicidade de abordagens e por diferentes apropriações das teorias internacionais do que pelo desenvolvimento de uma espécie de “escola brasileira”, apesar de que esse termo vem sendo utilizado por estudiosos estrangeiros para descrever os estudos de gênero no âmbito nacional.

Palavras-chave: Teoria de gêneros; síntese brasileira; SIGET.

ABSTRACT: This paper discusses the point of view that argues that the Brazilian researchers, by incorporating international theories in the study of genres, have developed their own approach to genre, characterized as a “synthesis” of other approaches. The subject is discussed in this article from a glance at the papers presented at SIGET 2007-2015, considering the centrality of this conference to the visibility of genre studies in Brazil and in the rest of the world. The discussion proposed here, based mainly on SIGET’s proceedings in the considered period, indicates that the Brazilian research is characterized more by a multiplicity of approaches and different appropriations of international theories than by developing a sort of “Brazilian school”, although that term has been used by some foreign scholars to describe genre studies in Brazil.

Keywords: Genre theory; Brazilian synthesis; SIGET.

82 Professor do Programa de Mestrado Profissional em Letras PROFLETRAS (UPE, Campus Garanhuns/PE) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL (UNICAP, Recife/PE). Doutor em Linguística (UFPE). E-mail: beneditobezerra@gmail.com

83 Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, Unidade Acadêmica de Garanhuns/PE). Doutoranda em Linguística (UFPE). E-mail: soniavmpereira@gmail.com

84 Professora Substituta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda em Linguística (UFPE). E-mail: amandaledoufpe@gmail.com

INTRODUÇÃO

O subtítulo deste ensaio alude à expressão utilizada pelo poeta Carlos Drummond de Andrade em uma das linhas de “Nosso tempo”, poema contido em *A rosa do povo* (1945), no qual o poeta sintetiza sua própria percepção do tempo histórico-cultural. Entretanto, a expressão, tal como tomada neste texto, guarda pouca relação com a fragmentação e a alienação do homem tratada por Drummond, relacionando-se muito mais com a carga semântica que invade a composição linguística, considerando que nossa pretensão neste trabalho é focalizar os estudos dos gêneros no Brasil em sua denominação como “síntese”.

Interessa particularmente considerar que, se entendido na acepção dicionarizada de “operação ou processo de reunir dados sobre um tema e chegar a uma visão geral e concisa do todo” (HOUAISS, 2009), o termo parece implicar que até aqui a contribuição dos centros de pesquisa brasileiros para os estudos de gêneros consistiu apenas em uma espécie de compilação do que se faz em centros de pesquisa internacionais. Em outras palavras, queremos dizer que emprestamos o termo drummondiano como uma nomenclatura⁸⁵ para referenciar o que tem sido denominado de “síntese brasileira”⁸⁶ no tocante aos estudos de gêneros realizados em nosso país. A partir dessa nomenclatura, definimos o lugar de onde marcamos nosso posicionamento axiológico sobre a questão, a fim de delimitar o objeto a ser refletido, lembrando, inevitavelmente, Saussure (2006) em sua conhecida assertiva de que o ponto de vista cria o objeto.

Na discussão sobre a assim chamada “síntese brasileira”, dialogamos centralmente com os autores Bawarshi e Reiff (2013), para quem a referida síntese constitui-se majoritariamente como um conjunto de tentativas de aplicação pedagógica⁸⁷ dos aportes teóricos e modelos analíticos das investigações internacionais sobre os gêneros. Ressalte-se que, em sua leitura, os autores levam em conta quase exclusivamente os pontos de vista anglófonos representados pelas “tradições” linguísticas, retóricas e sociológicas, constituídas na forma de três grandes “escolas”: a Escola de Sidney, apoiada na Linguística Sistemática-Funcional (LSF); a Escola Britânica, que emerge dos estudos em Inglês para Fins Específicos (ESP); e os Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), vinculados à Nova Retórica.⁸⁸

85 Sobre o conceito de nomenclatura, inscrito na Análise Dialógica do Discurso, lembramos a esclarecedora definição contida na dissertação de Rafaela Cordeiro (2011), que assegura que toda nomenclatura do outro tem por particularidade evidenciar por parte daquele que nomina uma posição sobre o que é nominado; e essa tomada de posição implica a seu turno uma expressão e definição de si. O outro está, desse modo, impregnado nesse processo, de maneira exibida ou velada, como objeto do discurso, como imagem de referência.

86 O termo se deve originalmente a Bawarshi e Reiff (2013). Para uma primeira discussão sobre uma eventual “escola” ou “abordagem brasileira”, remetemos aos trabalhos de Vian Jr. (2015) e Bezerra (2016a).

87 O que inclusive aponta desde o início para o caráter inexoravelmente reducionista da “síntese” proposta, uma vez que desconsidera eventuais estudos de gêneros destituídos de preocupação pedagógica ou focados em outros níveis de ensino que não a Educação Básica.

88 Note-se que no Brasil e também internacionalmente há uma flutuação terminológica significativa para a denominação das duas últimas escolas. A Escola Britânica (termo usado por Bhatia, 2004) é frequentemente rotulada em nosso país como a abordagem “Sociorretórica” ou ainda como a “Escola Americana”, o que gera uma confusão com os ERG, que também costumam ser tratados como “Sociorretórica” e como “Escola Americana”. Na classificação oferecida por Bhatia (2004), Escola Americana é o mesmo que ERG. No Brasil, “Sociorretórica” é um termo mais ambíguo para designar teorias de gênero, uma vez que pode indicar: (1) estudos em ESP; (2) estudos em ERG; (3) estudos que combinam ou não distinguem entre as duas teorias.

Paralelamente a essas abordagens, os autores acrescentam uma quarta vertente, que caracterizam como “o modelo educacional ou a abordagem didática brasileira” (BAWARSHI; REIFF, 2013, p. 215). Essa abordagem didática brasileira, por sua vez, se ampararia principalmente na tradição francófona do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) representado pela assim chamada Escola de Genebra. A essa perspectiva didática desenvolvida pelas pesquisas de gêneros realizadas no Brasil, hipótese que fundamenta a ideia de uma “síntese brasileira” na ótica dos referidos pesquisadores, dedicaremos algumas reflexões ao longo deste trabalho.

Essas reflexões em torno do delineamento da “síntese brasileira” se orientarão pela discussão sobre gêneros representada pelas últimas cinco edições do Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais (SIGET)⁸⁹, considerando a importância desse evento para o desenvolvimento e a visibilidade dos estudos de gêneros no Brasil. O que propomos não é exatamente uma análise de dados empíricos, pois estes serão vistos neste ensaio apenas como elementos de exemplificação das considerações que teceremos a partir do ponto de vista adotado.

Para refletir sobre o delineamento da “síntese brasileira” representada pelo SIGET, expomos nossas percepções acerca do perfil dos estudos brasileiros desenhados por esse evento acadêmico, no que se refere às tendências dos últimos anos, no que estabelecemos, assim, as premissas que orientarão nosso percurso enunciativo. A principal observação será a de que a tendência aplicacionista das pesquisas brasileiras, manifesta no delineamento do gênero como objeto de ensino, se mostra bastante forte e tudo indica que continuará assim pelos próximos anos, porém não tomando apenas a proposta da Escola de Genebra como base, como sugere a tese da “síntese brasileira”. Não será difícil mostrar, também nas demais abordagens, indícios de tentativas de transposição de conceitos teóricos e modelos analíticos para aplicação no ensino em vários níveis, inclusive independentemente desses modelos teóricos apresentarem em sua origem um foco claramente pedagógico.

Estabelecidas as diretrizes gerais do ensaio, passamos a apresentar seus eixos centrais, que incluem, depois de considerações gerais sobre as cinco edições e sobre os respectivos materiais que serviram de base para a discussão, uma visão panorâmica dos temas e teorias privilegiados em cada edição, especialmente tendo em vista o lugar do ensino no desenvolvimento dessas temáticas. Segue-se então uma última seção, em que apresentamos nossas considerações finais.

89 A saber, Tubarão/SC (2007), Caxias do Sul (RS) (2009), Natal/RN (2011), Fortaleza (2013) e São Paulo (2015). A seleção das edições a partir de 2007 ocorreu tendo em vista os seguintes aspectos: (i) o acesso a materiais que permitem a visualização de informações sobre os trabalhos apresentados no SIGET (tais como sites do evento, cadernos de programação e resumos) só foi possível na internet a partir desse ano; ou seja, embora a primeira edição tenha ocorrido em 2003 em Londrina/PR, a segunda em União da Vitória/PR, em 2004, e a terceira em Santa Maria (RS) em 2005, não conseguimos localizar, em busca *on line*, os dados sobre os trabalhos apresentados nessas edições, que também foram marcadas por um caráter mais regional ou nacional; (ii) somente a partir de 2005 foi instituído que a realização do evento seria bienal; e (iii) também a partir de 2005 ocorreu a internacionalização do evento. Isso significa que a partir de 2007 o SIGET amplia o seu alcance, ganhando características mais homogêneas relativamente à organização e ao intervalo entre as suas edições. Com isso, pretendemos alcançar uma maior uniformização das informações apresentadas neste trabalho.

DO IV AO VII SIGET: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Numa tentativa de compreender os percursos trilhados pelas pesquisas brasileiras de gêneros representadas em cinco edições de SIGET (2007-2015), procedemos a um breve estudo exploratório de um conjunto de materiais que continham informações sobre os trabalhos apresentados na quarta, quinta, sexta, sétima e oitava edições do evento, realizadas, respectivamente, nos anos de 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.

Dentre esses materiais, foi possível localizar, através de buscas na internet, em CDs e cadernos impressos distribuídos aos participantes, os anais e/ou cadernos de resumos e programação das edições em questão. No momento em que concluíamos a escrita deste trabalho, os anais do VII SIGET (2013) tinham acabado de ser publicados, às vésperas da edição de 2015, sendo disponibilizado o seu acesso através do site do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE), uma das universidades responsáveis pela organização do encontro em 2013.⁹⁰ As referências ao VIII SIGET (2015) baseiam-se no caderno de programação e em informações disponíveis no site do evento,⁹¹ uma vez que os anais ainda não se encontravam disponíveis. As informações a que nos referimos incluem os resumos dos minicursos oferecidos e dos Simpósios Temáticos nos quais os trabalhos foram inscritos, bem como aos títulos e resumos das mesas redondas programadas pela comissão organizadora. Esses materiais foram utilizados como referência para nossas considerações a respeito dessa edição.

Em resumo, foram selecionados e levados em consideração, no estudo: (i) os anais das diferentes edições do evento, quando disponíveis; e (ii) os resumos das conferências, mesas redondas, simpósios temáticos, comunicações orais, painéis e minicursos, de acordo com o que se encontra disponível para cada edição. Acreditamos que tais atividades concentram a participação dos principais pesquisadores brasileiros, vinculados a centros de pesquisa de referência no país. Como é próprio do SIGET, além dos brasileiros, pesquisadores internacionais compõem o quadro dessas atividades do evento, mas os estudos apresentados por estes nas diferentes edições do SIGET não são o foco de interesse deste ensaio.

Nesse mapeamento, uma primeira constatação foi possível: a de que o ensino de língua e de linguagem sempre esteve na mira dos pesquisadores brasileiros como o alvo dos estudos sobre os gêneros, independentemente da adesão de alguns desses pesquisadores aos pressupostos teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo que alicerça a Escola de Genebra. Essa observação contribui para sustentar a suposição de que alguns dos pressupostos das três tradições anglófonas de estudos de gêneros também serviram de base para a promoção de pesquisas brasileiras que objetivavam proceder à transposição dos conhecimentos produzidos nessas tradições para a aprendizagem situada dos (e baseada nos) gêneros. Conforme já mencionamos, como não tivemos acesso aos materiais das edições anteriores a 2007, o olhar lançado a partir dessa edição nos proporcionou levantar a suposição já exposta, a qual justificamos com exemplos constantes dos referidos materiais das edições em apreço, separadas nos tópicos a seguir.

90 Disponível em: <http://www.uece.br/posla/dmdocuments/anais_siget_7.pdf>

91 Disponível em: <<http://siget2015.fflch.usp.br/>>

UM “BALANÇO CRÍTICO” NO IV SIGET

Os objetivos do IV SIGET foram delineados considerando a realização das três edições anteriores, conforme exposto na apresentação dos anais: a primeira, realizada em 2003, quando ainda consistia na junção de dois eventos, o SELIC e o GET, e foi chamado de Simpósio Internacional de Linguística Contrastiva e Gêneros Textuais; a segunda, em 2004, em que passou a focalizar os estudos de gêneros e foi denominado SIGET; e a terceira, em 2005, ano em que foi proposta a sua internacionalização e, a partir de então, também a sua realização bienal. Assim, a edição de 2007 destacava como um de seus objetivos “oportunizar a discussão de questões relevantes para a *construção de uma agenda política e pedagógica* que possa contribuir para as *políticas governamentais*” (ANAIS, 2007, p. 7, grifos nossos).

Nesse objetivo, percebe-se a preocupação dos pesquisadores brasileiros com a aplicabilidade dos estudos sobre os gêneros no campo do ensino e, mais ainda, com a orientação dessas investigações para o atendimento às políticas educacionais vigentes. Ressalte-se que o SIGET aparece no contexto político-educacional posterior à publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) na segunda metade da década de 1990 e em um momento de pleno desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) também para o ensino médio, para citar apenas duas grandes políticas governamentais direcionadas à educação no Brasil que claramente evidenciam adesão às concepções sociointeracionistas de língua e linguagem, elegendo o texto e o gênero como unidades centrais do ensino e aprendizado da língua portuguesa. Portanto, as relações dialógicas estabelecidas pelo objetivo do evento convocam essas políticas públicas como um dos alvos dos estudos dos gêneros no país. Certamente, as pesquisas sobre os gêneros no Brasil não foram iniciadas com a publicação dos PCN, mas é inegável que esses referenciais, assim como outras políticas voltadas para o ensino de língua portuguesa, estimularam amplamente os estudos sobre os processos de didatização dos gêneros. Aliás, no dizer de Bawarshi e Reiff (2013, p. 17), os PCN foram, ao lado do SIGET, um dos fatores que dinamizaram a “síntese brasileira”.

Embora na quarta edição não se tenha uma temática geral focalizando o ensino, dois temas desta área, “Gêneros textuais, ensino e aprendizagem da linguagem” e “Gêneros textuais e formação de professores”, além de uma mesa redonda específica, “Gênero textual-discursivo e ensino: um balanço crítico”, endossam o pensamento de que pesquisa e ensino estiveram inter-relacionados nos trabalhos científicos sobre gêneros produzidos no contexto brasileiro. Além disso, nessa edição já se pressupunha a condição de fazer um balanço da produção brasileira referente à relação entre gênero e ensino. Considere-se, além disso, que de nove trabalhos apresentados pelos brasileiros em mesas redondas, conferências e painéis, cinco invadem o campo do ensino de língua materna ou estrangeira. Todos esses elementos são indicativos dos caminhos que estavam sendo trilhados pelas pesquisas brasileiras, que naquele momento já requeriam uma avaliação do que fora e estaria sendo investigado, como mostra o título da mesa exemplificada.

Nesse balanço, em que estava sendo posta a relação entre os gêneros e o ensino, elemento importante a se considerar são as opções teóricas que embasaram os estudos, os quais vão orbitar, invariavelmente, em torno dos aportes da Linguística Sistêmico-Funcional, representados pela abordagem de gêneros da Escola de Sidney;

ou dos Estudos Retóricos de Gêneros e da abordagem teórica bakhtiniana, sem que esta última esteja, nas pesquisas brasileiras naquele contexto histórico, interligada ao ISD e à Escola de Genebra, que até essa quarta edição aparecia apenas timidamente em alguns estudos dos principais pesquisadores em conferências e minicursos, mas já exercia alguma influência em trabalhos expostos pelos participantes em geral nas comunicações orais.

O FOCO NO ENSINO NO V SIGET

Ao apresentar à comunidade científica uma edição do evento centralmente focada no ensino, a comissão científica assegurava na apresentação dos anais que “no Brasil, é possível afirmar que os trabalhos científicos nessa área [dos gêneros] começaram a emergir no final da década de noventa” (ANAIS, 2009, p. 9), o que reforça o ponto de vista de que os estudos foram grandemente influenciados pela publicação dos PCN. Entretanto, é necessário lembrar a existência de estudos anteriores sobre o tema, aliás, condição para que este viesse a ser contemplado em um documento oficial destinado a oferecer parâmetros para o ensino.

Independentemente do quanto os estudos sobre gêneros influenciaram a confecção dos PCN, citemos o relato de Motta-Roth sobre o grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, organizado em 1992 por José Luiz Meurer e Carmen Coulthard, quando Meurer desenvolveu um programa de estudos sobre gêneros com seus alunos de mestrado e doutorado (MOTTA-ROTH, 2008, p. 346). Como consequência, ao longo da década de 1990, mais precisamente a partir de 1995, já é possível localizar no Brasil teses de doutoramento focadas em gêneros e cujas temáticas acarretam consequências para o ensino da língua escrita, ainda que não concentradas na educação básica e sim no ensino superior de graduação e pós-graduação (Cf.: MOTTA-ROTH, 1995; ARAÚJO, 1996; BIASI-RODRIGUES, 1998; entre outras).

O foco dessa quinta edição no ensino de gêneros, tanto na educação superior quanto na básica, teve por finalidade a divulgação do que estava sendo produzido no interior da Linguística Aplicada, embora a afiliação dos participantes e dos respectivos trabalhos obviamente não se limitasse a essa área. Quanto aos novos aspectos apresentados por essa edição, em relação à anterior, constata-se o fato de que, além de se assumir o ensino como o motivador e o propósito maior das pesquisas nesse contexto, amplia-se o território nos centros de pesquisa para o modelo teórico-metodológico do ISD, em alguns trabalhos aliado, de forma bastante acentuada, à abordagem teórica de Bakhtin. Em outros trabalhos, entretanto, a abordagem bakhtiniana apareceu de modo autônomo, sendo tomada como um modelo analítico específico e alternativo para o estudo dos gêneros. As análises sob o escopo da Linguística Sistêmico-Funcional continuaram mantendo sua força, mas não tanto quanto as que foram subsidiadas pelo enquadramento do ISD, que a partir de então passou a exercer o papel de grande influenciador dos estudos brasileiros, conforme sugerem os trabalhos apresentados no SIGET.

DA RELAÇÃO MAL RESOLVIDA ENTRE TERMINOLOGIAS E CONCEITOS NO VI SIGET

Se nos enfoques das edições anteriores do SIGET, vistas neste trabalho, foi possível perceber certa convergência das investigações de pesquisadores brasileiros para as questões relativas à tomada do gênero como objeto de ensino, nesta percebe-se a abertura de um amplo leque para diferentes áreas de estudos de gêneros, resultante do alargamento fornecido pelos eixos temáticos do evento, que buscam “a interface entre gêneros textuais/discursivos e letramento” (ANAIS, 2011, p. 9) e que abarcam desde as tradições discursivas até as artes visuais, passando por linhas como tradução, cognição, tecnologia, mídia, entre outras, sem negar a preocupação, consolidada pelo próprio SIGET, com os trabalhos direcionados às práticas escolares, à formação de professores, às atividades profissionais que mais detidamente invadem o campo do ensino.

O problema é que essa abertura pode ser apenas aparente, por estar pautada na polissemia do conceito de letramento. Para diversos pesquisadores, esse conceito deve ser, inclusive, pluralizado, como no estudo apresentado por Vera Cristóvão, “Formação de professores, gêneros e letramentos”, inserido no painel “Gênero textual/letramento: ensino e aprendizagem”. Essa abertura não contribui necessariamente para o incentivo ao desenvolvimento e à divulgação de pesquisas que ultrapassem as fronteiras do ensino de ou baseado em gêneros, até porque, pelo que constatamos em nossa leitura exploratória, essas pesquisas praticamente inexistiram no evento, quando considerados, como já dito, os trabalhos dos pesquisadores brasileiros.

Ainda que o potencial polissêmico do conceito de letramento(s), conjugado à também por vezes polissêmica definição de gênero textual/discursivo, pudesse fomentar discussões frutíferas sobre as interfaces entre as duas perspectivas – letramentos e gêneros – os pesquisadores brasileiros limitaram o cerne de seus estudos ou ao letramento ou ao ensino de gêneros, à revelia da área temática em que alojaram seus trabalhos. É o que revela a quantidade de estudos apresentados nas mesas redondas, painéis e conferências por nove pesquisadores conferencistas, dos quais sete tematizaram o ensino. A própria marcação por meio de barra entre os termos textual/discursivo ou entre as expressões gênero textual/letramento estabelecida nos anais é reveladora da oscilação que há nas opções entre linhas teóricas dos conceitos e, também, entre os objetos de estudo das pesquisas divulgadas pelos pesquisadores nacionais.

Quanto à oscilação terminológica entre gênero textual ou gênero discursivo, gênero e/ou letramento(s), embora o fato aparentemente não traga nenhum comprometimento teórico para os objetivos do evento, acreditamos que haja nisso uma convocação responsiva, em termos bakhtinianos, na qual o “terceiro evocado” nessa relação dialógica que se estabelece, sobre o qual os elementos linguísticos lançam apenas um olhar raso, são as discussões presentes no contexto geral sobre as teorias de gêneros.

Uma dessas discussões diz respeito a como as diversas áreas, os diferentes campos e as distintas abordagens teóricas se apropriam dos conceitos, a exemplo do próprio conceito de gênero. A depender do campo a partir do qual se estudam os gêneros – seja da Linguística Aplicada, da Linguística Textual, da Análise Dialógica do Discurso ou da Análise Crítica do Discurso, para citar apenas algumas das áreas relacionadas à Linguística, sem se pensar em outros campos fora desta, como a Antropologia e a Sociologia, por exemplo – em comparação com outros, possivelmente, não se tenha

como referente o mesmo objeto teórico, como assinala Rodrigues (2004, p. 415), ao lembrar que tais estudos podem ter fundamentos teóricos e terminologias distintos. A esse respeito, a autora acrescenta que

Além disso, tem-se a problemática das diferentes leituras e “apropriações” dessa noção pelos pesquisadores e os próprios objetivos da pesquisa. Por exemplo, em relação aos objetivos da pesquisa, os estudos antropológicos sobre os gêneros apresentam motivações diferentes dos da Linguística Aplicada. Por último, podem-se discutir inclusive os termos em circulação, *gêneros do discurso* e *gêneros textuais*, que, num olhar mais atento das configurações teóricas e metodológicas, podem mostrar-se como não equivalentes. Aliás, mesmo o uso do termo *gêneros do discurso* em diferentes pesquisas não é garantia de que os seus autores estejam falando do mesmo objeto (RODRIGUES, 2004, p. 416).

Do que hipotetiza Rodrigues sobre essa distinção, em duas frentes principais, a do plano da nomeação e a do plano dos objetivos, a ideia é aceitável, se analisada à luz do contexto histórico em que as pesquisas sobre os gêneros estavam sendo desenvolvidas no Brasil. Tendo em vista que esses estudos eram ainda incipientes, é compreensível a apropriação bastante particularizada de conceitos teóricos por parte de alguns pesquisadores, a exemplo do conceito de gênero apresentado por Bakhtin em seu ensaio “Os gêneros do discurso”. Trata-se de um texto de arquivos, não revisto pelo autor, cujo título da edição original estava assinalado como “O problema dos gêneros do discurso” e remetia a fragmento de um estudo mais abrangente a ser desenvolvido, projeto este jamais realizado (BAKHTIN 2000, p. 278-279).

Torna-se importante este destaque neste trabalho visto que, assim como nas edições do SIGET anteriormente analisadas, nesta há a forte presença de pesquisas desenvolvidas com base nos pressupostos teóricos de Bakhtin, dentro do campo restrito de análise deste ensaio, que se limita ao mapeamento das investigações de pesquisadores brasileiros dos principais centros de pesquisa do país. Junto à abordagem bakhtiniana, as duas outras abordagens mais presentes como modelos teórico-metodológicos na edição anterior do SIGET são mantidas – ISD e LSF.

O interesse por trazer a questão da oscilação terminológica “textual/discursivo” para a discussão, além do que já foi exposto, chama a atenção para um falso dilema que persiste nos estudos de gêneros. Entendemos que um gênero não é ou textual ou discursivo, pois se trata de um conceito que não se reduz nem ao discurso nem ao texto, mas que se coloca como uma categoria intermediária entre essas duas grandezas. Um gênero necessariamente se constitui na relação com um ou mais discursos assim como necessariamente se atualiza, se deixa torna visível (ou audível), através de textos. Assim, no máximo, a distinção, popularizada pelo trabalho de Rojo (2005), manteria a função de demarcar as afiliações teóricas de seus defensores: geralmente, dizer “gênero discursivo” identificaria uma postura bakhtiniana, assim como dizer “gênero textual” delimitaria uma opção pela Linguística Textual ou pelo ISD defendido por Bronckart (1999).

Assim, pensamos que estudos como o de Rojo (2005), com sua validade para aquele momento em que foi realizado – como já visto, de estabelecimento das fronteiras entre campos e linhas teóricas, com suas aproximações e seus afastamentos, de apropriação dessas linhas e determinação de objetivos investigativos dependentes delas – poderiam

ser atualmente rediscutidos, se se tiver como norte que o contexto acadêmico de investigação atual, no domínio brasileiro, não só tem estabelecido mais claramente as origens das concepções sobre os gêneros e suas filiações teóricas, mas também tem alcançado uma compreensão mais aprofundada sobre a própria natureza do fenômeno investigado.

Como é sabido, Rojo (2005) distingue as pesquisas que adotam as nomenclaturas gênero textual e gênero discursivo, inserindo-as em duas grandes áreas: a dos estudos do texto (Linguística Textual, em particular) e as do estudo do discurso (análises do discurso, em especial na perspectiva bakhtiniana). A autora assegura que, enquanto um grupo de pesquisadores recorrerá às bases teóricas da Linguística Textual visando à análise da estrutura ou forma composicional presentes nos textos que “materializam” os gêneros, outro grupo, mais interessado na análise do discurso, elegeria como base analítica as marcas linguísticas determinadas pelas situações de enunciação que produziriam significações e temas relevantes no discurso, desenvolvendo suas investigações sob um fundamento teórico de base enunciativa. É essa dicotomia entre as abordagens de gênero que decididamente não se deveria mais sustentar, se é que em algum momento ela correspondeu à realidade no campo da pesquisa.

Para simplificar a discussão e sustentar que nos dias atuais ela provavelmente se torna desnecessária, basta que se olhe para o interior das áreas de Análise do Discurso – que contempla, por exemplo, a perspectiva de tradição francesa, os Estudos Críticos do Discurso e a Análise Dialógica do Discurso, para citar três grandes arcabouços com seus enquadramentos teóricos e analíticos – e da Linguística Textual, que há muito deixou de lado a fase transfrástica e que hoje postula a configuração do texto como efeito de um processamento sociocognitivo, o que aponta, igualmente, para uma base enunciativo-discursiva. Nas intersecções, sob diferentes ordens, que resultam das inter e intra-relações entre os paradigmas das análises do discurso e da Linguística Textual⁹², certamente, há implicações para os estudos sobre os gêneros ancorados neles e há imbricamento de objetivos para esses estudos, quer se voltem mais para a materialidade textual ou mais para os gêneros como eventos comunicativos ou discursivos. Isto implica também afirmar que pode haver pesquisas de caráter enunciativo-discursivo sob o escopo da Linguística Textual, bem como de enfoque na composição linguística dos textos em um determinado gênero sob o suporte teórico das análises do discurso.

Adicionalmente, é possível que, por um lado, os estudos sobre os gêneros amparados em “tradições linguísticas” (BAWARSHI; REIFF, 2013) como a LSF, embora não possam ser entendidos como pertencentes ao campo da Linguística Textual e, por outro lado, os estudos à luz da abordagem bakhtiniana, inseridos no espaço das análises do discurso (e frequentemente associados, ainda que indevidamente, ao ISD), tenham contribuído para incitar à distinção entre os termos “textual” e “discursivo”, considerando a forte presença dessas duas abordagens nos trabalhos apresentados ao longo das edições do SIGET aqui discutidas.⁹³

92 Em relação à qual talvez não fosse exagerado falar igualmente de “linguísticas de texto”, mas este não é o foco deste trabalho.

93 No entanto, ainda é relevante notar que na língua inglesa, na qual os aportes teóricos da LSF são formulados, não há necessidade de adjetivar o termo *genre* como “textual” ou “discursivo”. O gênero “de texto” ou “do discurso” é simplesmente “gênero”. Aliás, pensamos que este poderia ser um exercício terminológico importante a se fazer também no Brasil, ao tratar desse objeto teórico, conforme sugerido por Bezerra (2016b).

Um último aspecto a ressaltar nesta edição do evento é o que se refere ao diálogo pretendido entre o conceito de letramento e o de gênero, visto que não estão claras as interfaces entre esses conceitos, não só nos objetivos do evento como também nas pesquisas apresentadas. Citamos como exemplo o estudo de Marcos Baltar, intitulado “A morte do professor de português e o nascimento do agente de letramento: letramento e gêneros na escola e na universidade”, que compôs a mesa redonda “Gênero textual/letramento: diversidade, cognição e cultura”, cujo teor concentra-se na percepção de que o professor de português precisa deixar de ser “guardião da língua de Portugal e mantenedor do modelo de letramento autônomo na escola”, passando a “ocupar a posição de coordenação das atividades com as diferentes linguagens em sala de aula e na escola” e tornando-se um profissional “capaz de mobilizar saberes locais e globais do campo dos letramentos e dos gêneros textuais/discursivos”, como assinalado no resumo da conferência (ANAI, 2011, p. 101).

Como se percebe, letramento e gênero são designados como eixos do ensino de língua portuguesa e vistos de forma autônoma, sem o necessário estabelecimento dos pontos de contato que configurariam uma interface. Nessa ausência, são deixados de lado os processos de letramentos pelos quais um indivíduo passa ao longo de sua vida, em suas relações com os gêneros que formatam as atividades languageiras em diferentes esferas de atividades humanas nas quais a leitura e a escrita sejam necessárias. Nesse sentido, é importante considerar que a escrita e a leitura são realizadas através de textos que se apresentam na relação com um ou mais gêneros. O letramento, nessa perspectiva, se estabeleceria como um processo no qual os conceitos de texto e gênero estariam implicados, embora muitas vezes essa relação não seja explicitada.

A relação, portanto, entre gênero e letramento considerada pelos estudiosos brasileiros admite a complexidade que envolve os fenômenos como objetos teóricos, mas, sobretudo, sua aplicabilidade no campo pedagógico, no enquadre específico do ensino de línguas e de elementos que envolvem esse ensino, dentre os quais os professores, as concepções, o currículo, as metodologias. Portanto, a sexta edição do SIGET veio a ratificar o que se apresentou nas duas anteriores, no tocante à prioridade construída pelos estudos brasileiros para a localização das pesquisas no ensino, independentemente dos domínios teóricos que as subsidiaram e das interfaces com outros conceitos que se tentou estabelecer.

GÊNEROS E ESFERAS DE ATIVIDADE HUMANA NO VII SIGET

O VII SIGET (2013) teve como tema “Gêneros textuais/discursivos nas múltiplas esferas da atividade humana”. Numa primeira leitura da temática proposta pelo evento, indica-se a propensão de se destacar nas pesquisas os diversificados lugares institucionais que formalizam as práticas discursivas da/na sociedade. Entretanto, à exceção da quinta edição, em Caxias do Sul (RS) (2009), em que assumiu o foco no ensino, o evento sempre apresentou sua vocação para a investigação sobre a relação dos gêneros com as variadas atividades humanas que eles organizam. O fato é que, ao que parece, também por vocação, se não todos, pelo menos a maior parte dos caminhos trilhados pelas pesquisas brasileiras sempre desembocam no ensino, como já exposto nos tópicos anteriores e pela constatação de que em grande parte dos trabalhos baseados

em quaisquer das três principais tradições dos estudos de gêneros, invariavelmente, há uma entrada nas questões de ensino.

Outro ponto a ser destacado sobre essa edição diz respeito à temática geral delimitada pelo título do evento, mencionado no início do presente tópico. Ao incluir “discursivos” ao lado de “textuais” na caracterização dos gêneros há a preocupação em demarcar determinadas posições teóricas, conforme já discutimos anteriormente. Outro aspecto que possibilita essa interpretação é a referência a um conceito específico relacionado à perspectiva bakhtiniana, que é “esferas de atividade”. Essa noção corresponde ao que Marcuschi (2002) denomina domínio discursivo. Nesse sentido, assim como no caso da distinção entre gênero textual e gênero discursivo, os conceitos de esfera de atividades e de domínio discursivo se sobrepõem, embora estejam inseridos em perspectivas teóricas distintas: o primeiro estaria associado à Abordagem Dialógica do Discurso e o segundo à Linguística Textual. Não podemos assegurar, contudo, que a opção por um desses termos significa necessariamente a prevalência de uma abordagem em relação à outra, mas podemos pelo menos hipoteticamente relacionar a preferência por “esferas de atividade” como indício da atual influência da perspectiva bakhtiniana, inclusive a partir de sua presença nos PCN.

Em nosso estudo exploratório, pudemos observar que a sétima edição apresenta algumas similaridades com as edições anteriores do evento. Conforme já comentamos, o caráter aplicado das pesquisas sobre gênero desenvolvidas no Brasil aparentemente vem se consolidando ao longo dos anos e isso se reflete, por exemplo, na preocupação de incluir e até manter de edição para edição simpósios temáticos especificamente voltados para a abordagem desse tema. Um aspecto que corrobora isso é o fato de que foi mantido um espaço significativo para a discussão da relação entre gênero e ensino: observando a lista dos títulos dos simpósios temáticos oferecidos nessa edição do evento, constatamos que dois dos onze simpósios abordaram diretamente a temática do ensino e assuntos a ele relacionados. São eles os simpósios “Gêneros textuais e ensino/aprendizagem” e “Gêneros textuais e formação de professores”, que já tiveram similares desde a quarta edição.

Ao analisar os eixos temáticos, percebemos que eles podem abrigar trabalhos em três níveis gerais: a) Em um micronível, em que podem ser estudados os gêneros em suas relações com a diacronia da língua e com estratégias de textualização; b) Em um nível intermediário, em que se enquadram os estudos sobre atividades profissionais distintas em suas práticas discursivas, incluindo-se o campo de formação de professores e os processos de ensino e aprendizagem, aos quais, neste evento, são dedicados espaços específicos e distintos do chamado campo profissional; c) Em um macronível, um campo expandido para a investigação capitaneado por trabalhos sobre multiculturalidade e multiletramentos, que abarcariam cognição, literatura, multimodalidade e tecnologias digitais interativas.

Ressaltamos que essa descrição em níveis é uma categorização particular, gerada pelo estudo exploratório que fizemos das materialidades textuais já ditas, o que não garante, necessariamente, que não possa haver flutuação entre os trabalhos inscritos nessas linhas, em que uma transite pela outra e, conseqüentemente, invada as fronteiras entre níveis. Para fins de maior clareza, realizamos essa categorização também para reforçar nosso posicionamento axiológico de que, se por um lado há uma

ampliação da visada do SIGET sobre as pesquisas brasileiras, indicada especialmente pela abertura ao campo da multiculturalidade e dos multiletramentos – este último campo já destacado na edição anterior do evento – por outro lado há um estreitamento da visão para as esferas profissionais, especialmente as que envolvem a formação de professores e o ensino de língua.

Com relação à abertura ao campo dos multiletramentos, podemos destacar que há um simpósio temático destinado à discussão de trabalhos que envolvem a relação entre “Gêneros textuais e multiletramentos”. A utilização do prefixo “multi” e a marcação de plural em “letramentos” sugerem a percepção da complexidade do conceito e também podem estar associadas a dois fatores: (i) por um lado, apontam para a concepção de que não existe apenas um letramento único, mas diversos, conforme defende a perspectiva dos Novos Estudos do Letramento, representados pelo antropólogo Brian Street, entre outros estudiosos; e (ii) por outro lado, podem se referir a um conjunto de diferentes habilidades que, metaforicamente, são associadas a um tipo específico de letramento, a exemplo de letramento multimodal e letramento digital.

No mais, as teorias mobilizadas confirmam opções que vão se tornando recorrentes na pesquisa brasileira evidenciada pelo SIGET. Uma ilustração: uma busca pelos 195 trabalhos publicados nos anais da sétima edição, facilitada pelos recursos do programa leitor de pdf, mostra 358 menções a Jean-Paul Bronckart e 287 a Bernard Schneuwly, representantes do Interacionismo Sociodiscursivo; por outro lado, encontramos apenas 114 alusões a John Swales (Escola Britânica – Inglês para Fins Específicos) e 110 a Charles Bazerman (Escola Americana – Estudos Retóricos de Gênero). Esses dados parecem confirmar o predomínio do ISD nas preferências dos pesquisadores brasileiros, frente à mobilização de outras vertentes teóricas, que, no entanto, se fazem significativamente presentes, evidenciando que não há a opção por uma perspectiva única. Entretanto, independentemente de ser tomado como uma perspectiva autônoma ou apenas como aquele “bom senso teórico” de que falava Marcuschi (2008), nenhum teórico individualmente chega perto da quantidade de alusões que são feitas a Mikhail Bakhtin: de acordo com o programa de computador, o autor russo é mencionado nos anais mil vezes (o número arredondado faz supor um limite do programa, isto é, a quantidade seria maior ainda). Ao que parece, Bakhtin tende a ser mencionado em algum momento em grande parte dos trabalhos que tratam de gêneros, ainda que não seja necessariamente tomado como o principal aporte teórico para o estudo.

O DEBATE SOBRE A “SÍNTESE BRASILEIRA” NO VIII SIGET

Relativamente ao VIII SIGET (2015), um aspecto diferencial interessante se sobressaiu já no tema: “Diálogos no estudo de gêneros textuais/discursivos – uma escola brasileira?” Observa-se que, nessa edição, além de se manterem as duas nomenclaturas (textual/discursivo) que demarcam teoricamente as perspectivas sobre gênero, houve a proposta de uma reflexão sobre a pesquisa brasileira, no sentido de pensar se existiria realmente uma escola brasileira. Isso demonstra o esforço de se debruçar sobre o que e como vêm sendo feitas as pesquisas sobre gêneros no Brasil, em um movimento autoavaliativo. Apesar de na quarta edição termos uma tentativa de balanço crítico, essa reflexão considerava o cenário geral dos estudos de gênero e sua relação com o ensino,

enquanto na edição atual delimitou-se a realidade brasileira como campo de recepção e eventualmente de reelaboração teórica. Sobre isso, na apresentação do evento⁹⁴, os organizadores fazem referência ao livro *Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino*, de Bawarshi e Reiff (2013), mencionando o seguinte trecho que embasa o posicionamento dos autores a respeito da “síntese brasileira”:

A pesquisa de gêneros no Brasil tem sido especialmente instrutiva pela maneira como faz a síntese das tradições linguística, retórica e social/sociológica que descrevemos nos três capítulos anteriores, ao mesmo tempo em que também lança mão das tradições de gênero francesa e suíça. Ao fazer isso, os estudos brasileiros de gêneros oferecem um modo de ver essas tradições como mutuamente comparáveis e capazes de proporcionar ferramentas teóricas pelas quais se possa compreender o funcionamento linguístico, retórico e sociológico dos gêneros.

Os organizadores complementam sua proposta para essa edição afirmando que: “Se isso é verdadeiro, o SIGET foi o espaço fundamental para nós, brasileiros, de articulação dessas perspectivas e abordagens”. Dessa forma, o VIII SIGET se propôs reunir trabalhos que discutissem se os estudos sobre gêneros realizados no país se apresentam como uma “escola brasileira com características próprias”. É possível perceber que os organizadores não partiram do pressuposto de que existe uma “síntese brasileira”, mas trouxeram essa questão para a discussão, embora assegurassem que o SIGET permitiu que fosse visualizada a articulação de diferentes abordagens. Ainda na apresentação, consta o interesse em investigar como essa perspectiva brasileira se apresenta nos diferentes espaços, e qual o seu “impacto no ensino e nas políticas públicas de educação linguística, principal, embora não único, campo de atuação social dos pesquisadores brasileiros”. Dessa forma, conforme viemos discutindo ao longo deste ensaio, novamente os organizadores corroboram a aplicação ao ensino como um dos principais pilares dos estudos brasileiros sobre gênero.

Na programação do evento, constam três mesas-redondas, das quais participaram tantos pesquisadores brasileiros como estrangeiros, com os seguintes temas: (i) “Diálogos nos estudos dos gêneros textuais/discursivos: uma escola brasileira?” (ii) “Gêneros textuais/discursivos: subsídios para políticas públicas para o ensino de línguas/linguagens”; e (iii) “Diálogos brasileiros no estudo dos gêneros textuais/discursivos: teorias de base e suas apropriações”. É possível observar que a primeira e a terceira mesa discutem um tópico diretamente relacionado com o tema do evento nessa edição de 2015, que é o diálogo entre as diferentes abordagens e como isso se reflete na pesquisa brasileira. Já a segunda mesa volta suas reflexões para as políticas públicas relacionadas ao ensino.

Enfocando os minicursos oferecidos no VIII SIGET, podemos perceber que abordam temáticas diversificadas, incluindo a relação dos gêneros com a multimodalidade, os multiletramentos, a internet e/ou tecnologias digitais e os materiais didáticos. De um total de doze minicursos oferecidos, oito tratam sobre os gêneros com relação ao ensino/didática/pedagogia de línguas, o que é um número bastante significativo. Sobre as perspectivas de estudo de gêneros que servem de base teórica para os minicursos

94 Disponível em: <<http://siget2015.fflch.usp.br/apresentacao>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

oferecidos por pesquisadores brasileiros, alguns deles não mencionam no resumo qual a abordagem de gênero adotada. Dentre aqueles que explicitam o aporte teórico utilizado quanto à noção de gênero, destacamos o de Orlando Vian Jr, intitulado: “A pedagogia de gêneros da Escola de Sydney”, inserido na proposta da LSF. Outro minicurso no qual é possível visualizar a perspectiva teórica que embasa a noção de gênero é o proposto por Ana Maria de Mattos Guimarães e Anderson Carnin, intitulado: “Avaliando trabalhos centrados em gênero de texto/discurso”, que se respalda na abordagem do ISD ao lado de noções teóricas bakhtinianas. A perspectiva do ISD se apresenta como a mais presente nas propostas de ST e minicursos nessa edição, seguida pela abordagem da LSF. Por fim, esses aspectos também são recorrentes quanto aos simpósios temáticos dessa edição. O SIGET contou com um total de trinta e um simpósios, distribuídos em sete eixos temáticos, conforme o próprio site disponibiliza:⁹⁵

Eixo Temático 1: Gêneros textuais/discursivos e Ensino/Aprendizagem:
n.º 3, 8, 20, 10, 22, 26, 30, 6.

Eixo Temático 2: Gêneros textuais/discursivos e Formação de professores :
n.º 2, 12, 15, 19, 27, 29.

Eixo Temático 3: Gêneros textuais/discursivos e Descrição de línguas/linguagens:
n.º 1, 4, 11, 14, 18, 21.

Eixo Temático 4: Gêneros textuais/discursivos e Multimodalidade
Multiletramentos: n.º 16, 23, 14, 31.

Eixo Temático 5: Gêneros textuais/discursivos e Literatura/Mídias:
n.º 5, 9, 13.

Eixo Temático 6: Gêneros textuais/discursivos e Tecnologias digitais:
n.º 7, 28.

Eixo Temático 7: Gêneros textuais/discursivos e Atividades profissionais:
n.º 17, 25.

Os dados evidenciam que no eixo temático 1, relacionado diretamente ao ensino e aprendizagem de línguas, estão inseridos oito simpósios, sendo este o eixo que mais apresenta simpósios inscritos. Considerando também o segundo eixo temático, que aborda a formação docente e está associado de modo mais amplo ao ensino, incluímos mais seis simpósios que contemplam os gêneros e a esfera pedagógica. Dessa forma, o caráter aplicado dos estudos de gêneros brasileiros claramente se sobressai. Além disso, há o diálogo dos gêneros com os letramentos e com a multimodalidade, conforme já ocorria em edições anteriores. Um aspecto notável é a crescente ampliação do espaço oferecido para a interface entre os gêneros e as tecnologias digitais e outras mídias. Finalmente, além das perspectivas recorrentes do ISD (associadas ou não a Bakhtin) e da LSF, ainda que mais timidamente, aparecem também propostas inseridas em outras abordagens, como, por exemplo, um ST no escopo da Linguística de Corpus. Destaque-se ainda o ST 1, coordenado por Orlando Vian Jr. e Benedito Gomes Bezerra, cujo foco se concentra nas interlocuções entre teorias a exemplo da própria temática do evento e das mesas redondas 1 e 3.

95 As informações sobre minicursos e simpósios temáticos do VIII SIGET (2015), disponíveis em: <http://siget2015.fflch.usp.br/pre_programa>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, por essa análise panorâmica do teor das cinco últimas edições do SIGET, que a pesquisa brasileira jamais se fez e tudo indica que não se fará apenas sob a égide do ISD e da Escola de Genebra, conforme sugerido pela tese da “síntese brasileira” de Bawarshi e Reiff (2013), mas, como visto, continuará sendo realizada também sob os auspícios teórico-metodológicos das demais tradições de estudo, mesmo que determinados elementos delas não mantenham nenhuma relação com o fazer pedagógico ou, mais especificamente, com o fazer pedagógico na educação básica, foco da abordagem genebrina.

Pensamos que o diferencial na adoção dos modelos aplicados dessas tradições pelos pesquisadores brasileiros esteja no fato de que isto se faça não somente a partir dos estudos de nuance pedagógica que elas apresentam, mas também a partir de suas aplicações a campos disciplinares diversificados, o que torna necessária mais criatividade na apropriação desses modelos para o contexto de ensino de língua materna no Brasil.

Se há fôlego para as pesquisas brasileiras com outros ares, sem dúvida, sim, pois os campos estão abertos para que elas se façam sobre os mais diferentes contextos e sob construtos epistemológicos além daqueles da Linguística, embora esta ainda tenha muito a contribuir com os estudos sobre gêneros. Tal contribuição não deverá se dar isolada de outros quadros disciplinares, mas com a indispensável ajuda deles, uma vez que estudos pela via do multiculturalismo e dos multiletramentos apresentam uma tendência forte para uma metodologia etnográfica, que, por sua vez, já apresenta um espectro altamente interdisciplinar.

Ainda que a ideia da “síntese brasileira” não seja consensual,⁹⁶ parece claro que a pesquisa brasileira sobre gêneros vem amadurecendo e se consolidando nos últimos anos, como evidencia o panorama geral oferecido pelo SIGET. Não há evidências de que nessa pesquisa possamos falar em uma síntese no sentido de uma compilação dos diferentes posicionamentos teóricos de procedência internacional, mas vai se tornando claro que os pesquisadores brasileiros procuram cada vez mais o estabelecimento de diálogos com perspectivas outras, inclusive não dedicadas centralmente ao estudo dos gêneros, a exemplo das abordagens da multimodalidade e dos (multi)letramentos. Principalmente desde a edição de 2011, verifica-se uma busca de interfaces entre gêneros e letramentos, gêneros e multimodalidade, além de se estender o estudo dos gêneros a diferentes esferas além da pedagógica.

O SIGET, como legítimo impulsionador de uma eventual “síntese brasileira”, tende a mostrar um panorama da pesquisa brasileira que progressivamente se afasta da versão um tanto simplista, ou “precária”, concebida por Bawarshi e Reiff (2013) como vinculada diretamente ao modelo pedagógico do Interacionismo Sociodiscursivo. Dessa forma, o SIGET evidencia a tendência para o surgimento de algo mais do que uma “precária síntese” pedagógica. Do nosso ponto de vista, como colocado anteriormente, a pesquisa brasileira sobre gêneros não se limita à adoção dos procedimentos metodológicos da Escola de Genebra com seus modelos e sequências didáticas, a despeito de sua relevância. Em consonância com Bezerra (2016a), é bem provável que não

96 Mais uma vez, remetemos o leitor a Vian Jr. (2015) e Bezerra (2016a) para essa discussão.

devamos falar de uma “síntese brasileira” nos estudos de gêneros, mas de variados empreendimentos de síntese, sempre parciais, mas que abrangem diálogos e adesões diversificadas a abordagens oriundas da Linguística Sistêmico-Funcional, dos Estudos Retóricos de Gêneros, do Inglês para Fins Específicos, da Análise Crítica do Discurso e da abordagem do Círculo de Bakhtin, entre outras, com ou sem finalidade pedagógica.

Necessário se faz que concluamos ressaltando o caráter incipiente da reflexão sobre a tese da “síntese brasileira”, ou da existência de uma abordagem brasileira aos estudos de gêneros, que, no entanto, deverá se aprofundar inclusive a partir dos debates travados no âmbito do VIII SIGET. Os resultados dessas reflexões e das pesquisas ligadas a elas poderão se fazer sentir nas próximas edições do evento bem como em outras instâncias do diálogo acadêmico. Esperamos que os apontamentos representados por este trabalho possam também contribuir para uma clareza crescente sobre a questão.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. D. **Lexical signalling**: a study of unspecific-nouns in book reviews. 1996. 284 f. Tese (Doutorado em Linguística) INFORMAR FACULDADE OU UNIDADE. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 277-326.
- BALTAR, Marcos Antonio R. et al. (Org.). Caderno de resumos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 5., 11-14 ago. 2009. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2009.
- BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jo. **Gênero**: história, teoria, pesquisa, ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BAZERMAN, Charles. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividade: como os textos organizam atividades e pessoas. In: BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 19-46.
- BEZERRA, Benedito G. A propósito da “síntese brasileira” nos estudos de gêneros. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, pp. 465-491, 2016a.
- _____. Gêneros discursivos ou textuais? A terminologia revisitada a partir de um olhar anglófono. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 31, 2016, Campinas. **Anais...** Campinas, UNICAMP, 29 jun.-01-jul. 2016b. pp. 1-14.
- BHATIA, V. **Worlds of written discourse**: a genre-based view. London: Continuum, 2004.
- BIASI-RODRIGUES, Bernardete. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. 202 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- BONINI, Adair; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho; RAUEN, Fábio José. Programação e resumos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4, pp. 15-18 ago. 2007. Tubarão (SC): UNISUL, 2007.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- CORDEIRO, Rafaela Queiroz Ferreira. **A construção discursiva dos eventos pela mídia: o processo de nomeação e a representação do discurso outro**. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- DEVITT, Amy J. Intertextuality in tax accounting: generic, referential, and functional. In: BAZERMAN, C.; PARADIS, J. (Eds.). **Textual dynamics of the professions**: historical and contemporary studies of writing in professional communities. Madison: University of Wisconsin Press, 1991, pp. 336-357.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, M. Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. pp. 19-36.

MOTTA-ROTH, Désirée. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. **DELTA**, v. 24, n. 2, pp. 341-383, 2008.

_____. **Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics**. 1995. 358 f. Tese. (Doutorado em Linguística) Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

OLIVEIRA, Maria do Socorro et al. (Org.). Caderno de programação e resumos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 6, 2011. Natal (RN): EDUFRN, 2011.

RODRIGUES, R. H. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan.-jun. 2004.

_____. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem do Círculo de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, pp. 152-183.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 184-207.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 7, 2013, Fortaleza, Ceará. **Anais...** Fortaleza: EdUECE, 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/dm-documents/anais_siget_7.pdf> Acesso em: 19 set. 2015.

_____, 8, 2015, São Paulo. **Caderno de programação**. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://siget2015.fflch.usp.br/sites/siget2015.fflch.usp.br/files/u56/Caderno%20de%20programa%C3%A7%C3%A3o%2014.pdf>> Acesso em: 19 set. 2015.

VIAN JR., Orlando. Beyond the three traditions in genre studies: a Brazilian perspective. In: ARTEMEVA, Natasha; FREEDMAN, Aviva (Eds.). **Genre studies around the globe: beyond the three traditions**. Edmonton, AB, Canada: Inkshed Publications, 2015. pp. 95-114.